

FHC



Luzes dentro do túnel

Bolívar Lamounier *



Foi a pessoa jurídica do presidente da República, e não a pessoa física Fernando Henrique Cardoso, quem apareceu outro dia ostentando um "button" com a inscrição "meu alto-astral". Que o astral pessoal de Fernando Henrique é ótimo, todo mundo sabe. Esse, portanto, era um ponto com nó: um gesto deliberado com o qual o presidente quis dizer que está achando o quadro político muito melhor agora do que no primeiro semestre. E tudo indica que tem razão. O túnel da estabilização e das reformas é longo, mas tem luzes dentro — e não aquela luzinha só, lá no fim, que costumamos invocar quando queremos ter esperança mas no fundo sentimos desânimo.

O túnel é longo, entre outras razões, porque estamos vivendo uma situação de baixo equilíbrio: inflação baixa, mas crescimento também baixo —

As taxas mensais de inflação não são mais notícia há dois anos, mas o crescimento foi quase nulo no primeiro semestre

o que significa desemprego alto e um sem-número de turbulências que o País vai contornando como pode. Já faz dois anos que as taxas mensais de inflação deixaram de ser notícia, mas o crescimento, no primeiro semestre deste ano, foi praticamente nulo. O desemprego, na casa dos 6%, é bem inferior à taxa argentina, mas representa uma tensão social inegável, até porque nossas condições sociais são mui-

to piores que as do nosso vizinho. Essa, portanto, é a encruzilhada onde o presidente começa a ver sinais positivos — e com razão. O crescimento será razoável no segundo semestre, a ponto de perfazer uma taxa de crescimento do PIB de 2,5% a 3% no período de janeiro a dezembro. Pouco em vista de nossas carências sociais, mas razoável se considerarmos que a prioridade é domar em definitivo a superinflação crônica em que vivíamos — ora de maneira aberta, ora camuflada por congelamentos e outras mágicas — e corrigir a coluna vertebral da nossa economia para que a médio prazo possamos alcançar e sustentar taxas de crescimento bem mais altas.

Tudo indica que o primeiro semestre foi também a fase mais aguda das dificuldades no sistema financeiro privado. Uma vez derrubada a inflação de cerca de 50% para 1% ao mês, era fácil prever que o governo haveria de defrontar-se com a chamada situação de Sofia: aquela em que é preciso escolher, e as opções são todas malditamente amargas. Ou arcava com a mais que provável incompreensão da sociedade diante de um programa entendido como "ajuda aos bancos", ou não fazia nada e corria o risco de uma quebradeira sistêmi-

ca, que redundaria em perdas colossais para toda a sociedade. Como seria de esperar, o governo optou pela primeira alternativa, via Proer, e sofreu o desgaste daí decorrente. É sempre possível especular que o desgaste teria sido menor se o dilema tivesse sido mais bem explicado à sociedade, mas não é um exercício muito útil. O que importa à presente análise é que os problemas do setor financeiro privado já se acham reduzidos, estancando ou diminuindo substancialmente essa fonte de desgastes para o governo.

Outro fator de desgaste no primeiro semestre foi a lenta e frustrante tramitação das reformas constitucionais. Tal como no caso do sistema financeiro, mostrar a complexidade do problema é sempre útil, e com o benefício do olhar retrospectivo sempre se pode dizer que tais e tais erros foram cometidos. É evidente que não há e nunca haverá consenso, nem na sociedade, nem no Congresso a favor de reformas abrangentes nas áreas tributária, previdenciária e administrativa. Como não há, é preciso negociar, insistir, perseverar e dar como favas contadas que a tramitação não será fácil. E é sempre

bom lembrar que os poderes são separados: o Executivo é uma coisa, o Legislativo é outra. Mas não importa: o presidente sempre pagará boa parte da conta, quando não a paga por inteiro. O pantanal das reformas contribuiu enormemente para o desgaste de Fernando Henrique no primeiro semestre. Da convocação extraordinária de julho para cá, houve avanços importantes. Primeiro, o governo conseguiu alterar o regimento interno da Câmara para modificar o chamado Destaque para Votação em Separado (DVS), com base no qual qualquer grupúsculo conseguia exercer poderosa obstrução. A partir dessa modificação foi possível encerrar a novela em que se havia transformado a reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, remetendo-a ao Senado. Não menos importante, o governo tratou de explorar mais a fundo as possibilidades de reforma pela via infraconstitucional e já começa a obter um resultado significativo: a supressão do ICMS incidente sobre produtos exportados, instrumento importante, a médio prazo, para desafogar o setor exportador e diluir especulações sobre a política cambial.

Finalmente, uma penca de problemas vinha se formando naquela área diáfana a que chamamos de popularidade e que tem enorme importância para a governabilidade. Com um plano de estabilização em andamento e precisando sinalizar continuidade, é evidente que o governo precisa estar sempre atento a essa área. A questão da reforma agrária, por exemplo, estava dando ensejo a certo maniqueísmo, como se o movimento dos sem-terra tivesse sempre razão e o governo fosse inteiramente insensível aos problemas fundiários do País. Nessa e em diversas outras questões, a comunicação com a sociedade melhorou muito — sobretudo a partir do segundo aniversário do Real, com o presidente recorrendo mais frequentemente a entrevistas, de maneira informal, porém intensa. A eleição municipal, como seria de prever, produziu dilúvios de palavras contra as políticas do governo federal, mas tirou o presidente da berlinda e ajudou a desanuviar o clima do primeiro semestre. O que se vê nas grandes cidades é uma situação diversificada, com os eleitores recompensando as administrações que lhes pareceram boas e penalizando as que lhes pareceram más, e não a manifestação plebiscitária que povoava a

imaginação de alguns analistas. No que diz respeito ao desempenho do governo Fernando Henrique, as pesquisas registraram queda no primeiro semestre, mas há sinais de estabilização e possivelmente até de reversão dessa tendência. Quer isso dizer que estamos, ou que o governo está, no melhor dos mundos? Que daqui para a frente tudo são rosas? É evidente que não. Quer dizer apenas que as condições políticas mínimas para o prosseguimento do plano de estabilização e das reformas continuam configuradas. Como pude observar em artigos anteriores, estamos assistindo a certa aceleração do processo sucessório, e esse não é um fato de somenos importância.

Assistimos à aceleração do processo sucessório. E é bom que o governo não esteja na defensiva

Mas o importante — sob o prisma da presente análise — é que isso não está ocorrendo com o governo na defensiva. Ao contrário, as chances de Fernando Henrique revigorar o seu capital político por meio da emenda da reeleição parecem hoje bem maiores que há dois ou três meses. O resumo da ópera, portanto, é que o túnel tem trechos mal iluminados, mas não a ponto de assustar motoristas medianamente competentes. ■

* Cientista político, diretor de pesquisa do Idesp e associado da MCM Consultores.